

Avaliação de Normas Sociais que contribuem para a Violência Baseada no Género

Província de Manica
Moçambique



Uma publicação: CISP – Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli

Título: Avaliação de Normas Sociais que contribuem para a Violência Baseada no Género, Província de Manica, Moçambique.

Autores: Abnila Matsimbe (CISP) e Fernando Barbosa (CISP)

Reconhecimentos: O agradecimento especial é estendido ao pessoal do CISP Moçambique, em particular Karen Rafael, Federica d'Andrea, Fernando Barbosa e Abnila Matsimbe, ao pessoal da LeMuSiCa, em particular Achia Camal, Cecília Ernesto e Paulo Maganzo, à Direcção Provincial de Género Criança e Acção Social, em particular a directora Ema Catana e seus técnicos distritais Rui Taimo (Manica); Arginaldo Charuza (Vanduzi); Pinto Laímo (Chimoio); Filipe Manhangue (Gondola), pela sua contribuição na realização de entrevistas a actores-chave e grupos focais durante a avaliação.

As visões e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a política ou posição oficial da União Europeia.

CISP © 2024. Todos os direitos reservados.

O conteúdo desta publicação só poderá ser partilhado com autorização prévia dos editores e dos autores.

Por favor, escreva para nós: cisp@cisp-ngo.org

CONTEÚDO

Introdução	4
Abordagem	6
Resultados da Pesquisa	8
TÓPICO 1. UNIÃO PREMATURA	8
TÓPICO 2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	34
TÓPICO 3. VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO	44
TÓPICO 4. VIOLÊNCIA SEXUAL	58
Conclusões e Recomendações	68

INTRODUÇÃO

A **violência contra mulheres e crianças é evitável**. As suas raízes residem em relações de poder desiguais entre mulheres e homens, adultos e crianças. Além da desigualdade de género generalizada, a violência contra mulheres e crianças acontece devido a normas, crenças e expectativas compartilhadas sobre género, sexo e violência numa comunidade. Essas crenças e expectativas compartilhadas são regras tácitas de comportamento.

Este documento apresenta os resultados de uma Avaliação das Normas Sociais realizada no âmbito do projeto **PROPAZ - Cultura para promoção da Paz, Reconciliação e Coesão social**, cofinanciado pela União Europeia e implementado pelo CISP em parceria com IMD- Instituto para a Democracia Multipartidária, Associação IVERCA- Turismo, Cultura e Meio Ambiente, Associação LeMuSiCa- Levante-se Mulher e Siga o Seu Caminho. O projeto tem o Objetivo Geral de Contribuir para a consolidação da Paz em Moçambique, promovendo uma iniciativa de Reconciliação Nacional baseada em actividades culturais e na participação ativa da sociedade civil, dos grupos mais vulneráveis e das comunidades mais afetadas pelo conflito.

A **avaliação das normas sociais** procurou obter dados importantes sobre as normas subjacentes que **contribuem para a violência baseada no género (VBG) e a violência contra as crianças (VCC)**. A avaliação tem como objetivo estabelecer normas, comportamentos e práticas existentes nas comunidades que contribuem para **Unões Prematuras, Gravidez Precoce, Violência entre parceiros Íntimos e Violência Sexual** na Província de Manica. A avaliação visa igualmente, compreender a percepção da comunidade sobre os efeitos das violências e identificar mecanismos/soluções comunitárias para lidar com a violência de género.

A avaliação das normas sociais é fundamental para contextualizar as intervenções de prevenção e resposta às violências de género com questões específicas das comunidades-alvo. As conclusões orientarão os **Diálogos Liderados pela Comunidade (DLC)**, abordagem lançada pela UNICEF no âmbito do Communities Care Programme e implementada pelo CISP.

A **recolha de dados do inquérito de campo foi conduzida pelo CISP, em parceria com LeMuSiCa, Levante-se Mulher e Siga o Seu Caminho**, e com a Direcção Provincial de Género e Acção Social, nas comunidades de Manhene (Manica), Chigodole (Vanduzi), Cafumpe (Gondola), Nhamatsane, Soalpo, Mudzingadzi (Chimoio), na Província de Manica, região central de Moçambique. No total, a avaliação abrangeu uma amostra de 11 entrevistas a atores-chave, incluindo Chefes de postos administrativos, lideranças religiosas, professores, matronas, IPAJ, Polícia, Serviços de Saúde, Tribunais comunitários e Serviços de Saúde Mulher e Acção Social e 12 discussões em grupos focais, envolvendo um total de 186 participantes de diferentes perfis sociais. A recolha de dados decorreu entre os dias 01 de Fevereiro a 22 de Fevereiro de 2024.



ABORDAGEM

A metodologia adotada para a avaliação das normas sociais foi a investigação qualitativa, incluindo Entrevistas com Informantes Chave de prestadores de serviços para compreender as suas perspetivas em relação às normas sociais associadas à união prematura, gravidez na adolescência, violência entre parceiros íntimos e violência sexual. Foram realizadas discussões em grupos focais (FGDs) para membros da Comunidade (mulheres e homens), autoridades, líderes e jovens para obterem uma compreensão mais profunda das suas crenças e atitudes em relação aos temas mencionados.

O mapeamento dos grupos de referência foi também realizado durante os FGDs para estabelecer os principais influenciadores positivos e negativos da violência baseada no género, utilizando o modelo socioecológico (família, pares/amigos e comunidade) nos diferentes locais.

Todas as entrevistas e discussões em grupos focais foram realizadas em linguagem compreendida pelos entrevistados. A equipa de investigação incluiu funcionários treinados e experientes do CISP e da LeMuSiCa, que atuaram como moderadores e anotadores. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, mediante consentimento informado, tendo sido também registadas em cadernos que foram posteriormente transcritos.

Tabela 1 – Entrevistas com Informantes Chave

Informante Chave	Localização	KIIS
SAFMVV	Manica (Manhene)	1
Chefe do Posto Administrativo	Manica (Manhene)	1
SDSMAS	Vanduza (Chigodole)	1
Presidente do tribunal Comunitário	Vanduza (Chigodole)	1
Professora	Chimoio (Soalpo)	1
Matrona	Chimoio (Nhamatsane)	1
DPGCAS	Chimoio (Nhamatsane)	1-
Serviços de Saúde	Chimoio (Mudzingadzi)	1
IPAJ	Chimoio (Mudzingadzi)	1
Líder Religioso	Gondola (Cafumpe)	1
Chefe do Posto administrativo	Gondola (Cafumpe)	1
	Total	11



Tabela 1 – Entrevistas com Informantes Chave

Discussões em Grupos Focais	Localização	Participantes
Jovens Mulheres	Manica (Manhene)	8
Jovens Homens	Manica (Manhene)	9
Homens	Manica (Manhene)	17
Mulheres	Vanduzi (Chigodole)	16
Homens	Vanduzi (Chigodole)	18
Mulheres	Chimoio (Soalpo)	18
Homens	Chimoio (Soalpo)	14
Mulheres	Chimoio (Nhamatsane)	17
Homens	Chimoio (Nhamatsane)	15
Mulheres	Chimoio (Mudzingadzi)	16
Jovens Mulheres	Chimoio (Mudzingadzi)	6
Jovens Homens	Chimoio (Mudzingadzi)	10
Mulheres	Gondola (Cafumpe)	12
Homens	Gondola (Cafumpe)	10
	Total	186 (50% Mulheres)



Resultados da Pesquisa

TÓPICO 1. UNIÃO PREMATURA

1.1 Percepção comunitária da infância

Pelo trabalho de divulgação das Leis (protecção infantil, violência baseada no género) desenvolvido pela polícia, organizações, e demais atores a nível das comunidades, a maior parte destas tem a compreensão de que todo o ser humano que não tenha atingido os 18 anos de idade não é um adulto. As comunidades demonstram ainda que, neste intervalo dos 0 aos 18 anos de idade, existe uma categorização que é de 0 - 12 anos (criança) e dos 13 aos 17 (adolescente ou menor de idade). Embora exista este entendimento do conceito criança, grandemente influenciado pela lei, a experiência e prática diária destas comunidades demonstra que em muitos casos, crianças que apresentam sinais de início da puberdade e que já tenham iniciado a vida sexual não são mais consideradas como tal.

Abaixo seguem algumas intervenções dos entrevistados:

- 👉 “...todos os que já iniciaram a actividade sexual, já não são crianças.” Participante: homem - Manhene
- 👉 “...“no caso das meninas, logo que começa a ver a menstruação já não é criança ou seja, deixa de ser criança”. Participante: jovem rapariga - Manhene
- 👉 “...na tradição, já não é criança quando se chega a puberdade, mas na lei ainda é criança”. Participante: jovem rapaz - Manhene

1.2 Transição para a fase adulta entre meninas e meninos

Para as comunidades, os sinais de passagem de criança para a fase adulta são diferentes de menina para menino. Nas meninas, é possível observar o desenvolvimento das ancas, seios, o início da menstruação, interesse em cuidar bem da casa, dos irmãos, das tarefas domésticas no geral e o aflorar da vaidade. Isto, sempre de acordo com as comunidades entrevistadas, já demonstra que esta menina não é mais criança.

Para o caso dos rapazes, estes geralmente apresentam sinais como: o surgimento das barbas, borbulhas na cara, o engrossamento da voz, a ocorrência dos “sonhos molhados”, o interesse em gozar mais de sua privacidade, ter uma actividade rentável, executar as actividades domésticas de forma mais responsável. Estes seriam, na visão das comunidades, sinais diacríticos que indicariam a passagem de um menino à condição de rapaz. De forma geral, apresentando estes sinais, tanto a menina como o menino,



estariam prontos para casar.

👉 “...Criança é um menor de idade de faixa etária de 0-12 anos, tem o adolescente na faixa etária de 13-17 anos e o jovem na faixa de 18-35 anos...” Participante: Homem – Manhene

👉 “...De 0 a 12 anos são crianças e de 12 em diante são menores”, questionados sobre a diferença entre estes explicaram que: “os menores já se defendem por si só, ao passo que criança, não” Participante: Homem - Nhamatsane

Embora ancorado, na percepção comunitária, em tradições, não nos foi referido, sobretudo para o caso dos homens, a realização de ritos de iniciação ou passagem que demarcassem os novos estatutos dos adolescentes na vida familiar e comunitária.

1.3 Idade em que as meninas se casam

Na maior parte das comunidades inquiridas, é comum que as meninas se casem com idades que variam de 12 a 18 anos, sendo que a maioria se casa entre os 14 a 18 anos.

Na percepção comunitária, a pobreza e falta de condições por parte dos pais são determinantes para que as meninas se casem precocemente. Muitos pais nestas condições não conseguem garantir a continuidade dos estudos de suas filhas e olham a união prematura como uma solução para aliviar a situação económica

familiar, entregando-as, geralmente, a homens mais velhos.

👉 “...Algumas meninas casam-se com 18, 23 anos mas, nas zonas recônditas existem aquelas que casam com a idade de 13, 14 anos, muitas vezes porque os pais não têm dinheiro para colocar suas filhas na escola e porque não vão à escola, o único futuro que se vê para elas é o casamento”. Participante: Jovem mulher - Manhene

1.4 Idade em que os meninos se casam

Os rapazes/meninos casam-se com as idades entre 15 a 21 anos, sendo que, raras vezes, casam-se antes dos 18 anos mas, foi mencionado que estes casam-se com meninas em idades de 15 a 18 anos. Grande parte das vezes, os rapazes vêm-se a ter que assumir uma relação porque engravidaram a sua namorada, outros porque a “descabaçaram”¹, outros porque viram um amigo que se casou e desejam fazer o mesmo pois, assim, terão uma esposa em casa para lavar a suas roupas, cuidar das suas refeições, fazê-los companhia e assim sentirem-se homens de verdade. Em outros casos, embora pouco mencionados, eles casam-se porque, de facto, gostam da rapariga a quem engravidaram e assumem a relação por vontade própria.

👉 “...Geralmente os meninos se casam nas idades entre 15 a 21 anos, muitas vezes porque viram um amigo



1. O termo “descabaçar” é de uso corrente entre as comunidades inquiridas e se refere à perda da virgindade (cabaço) da mulher/criança/rapariga. Daí derivam termos como descabaço e descabaçada, que se refere à mulher/criança/rapariga que perdeu a virgindade.



que já está casado sendo chamado de “pai”, que tem uma esposa que lhe lava as roupas, cozinha e cuida dele” Participante: Jovem homem - Manhene...”

👉 *“...Alguns casam-se com a idade de 15, 16 anos, outros aos 18, 19 anos. Estes casos acontecem muitas vezes porque “brincam mal”² e acabam engravidando, feito isto, são obrigados a assumir e viver com a namorada/rapariga grávida...”* Participante: Mulher - Soalpo

1.5 Quando uma menina ou um menino está pronto para se casar

Geralmente notam-se os sinais pela forma como eles (menina, rapaz) executam suas actividades domésticas (com a responsabilidade de um adulto), o que demonstra, na percepção comunitária, que já pode assumir e cuidar do lar.

A capacidade que o rapaz/jovem tem de desenvolver alguma actividade que lhe renda algum dinheiro é sinal de que já pode prover sua família. A mesma avaliação é feita quando o mesmo começa a distanciar-se dos irmãos, preferindo dormir sozinho, o que o faz construir a sua própria casota no quintal dos pais que é para poder ficar à vontade, não sozinho apenas, mas com a namorada e/ou futura esposa também.

No que respeita às meninas, além da sua capacidade de realizar os seus trabalhos, muitas vezes, quando atinge a puberdade, é considerada pronta para o casamento. Algumas comunidades mencionaram que a

pureza da menina é muito importante, tanto é que quando começam a menstruação os pais a entregam a uma família como nora, para garantirem que recebem algum dinheiro antes que ela perca a virgindade.

Um exemplo claro de que é feita esta avaliação é que: quando há um casamento tradicional na comunidade, as meninas são chamadas para ajudar na organização e realização do mesmo, e as matronas analisam e avaliam a maturidade, educação e respeito delas durante a execução das tarefas nessa cerimónia e as colocam já na lista de casamento.

1.6 Razões pelas quais uma família deseja que sua filha se case antes dos 18 anos

Na percepção das comunidades inquiridas, muitas famílias desejam ou entregam suas filhas à união prematura por pobreza, ambição e ganância. Existem casos em que a família manda as meninas para o casamento muito cedo, até mesmo com 10 anos, com a ideia de que ela vai crescer no lar. Esta atitude é para garantir que a menina não perca a virgindade pois, acontecendo, os pais perdem os dotes (mabatiro)³. Estes casos acontecem muitas vezes, quando a futura sograria⁴ tem posses.

👉 *“...Pobreza e ambição por parte das famílias, mas há quem hoje tenha consciência de que deixando a sua filha estudar mais, mais ganhos, vantagens e recompensas terá como pai...”* Participante: homem - Vanduzi



2. A expressão “brincar mal” se refere, seja à relação sexual precoce, seja à relação sexual sem uso de preservativos.



3. Custeio de uma gravidez até o bebé nascer e, caso nasça menina esta é levada como esposa da pessoa que esteve custeando a gravidez ou, ainda, no caso de um curandeiro que, acredita-se, tenha conseguido fazer engravidar uma mulher.

4. Ambiente ligado aos sogros, que pode ir desde casa, onde a mulher/rapariga vai viver, até o espaço da economia e produção familiar, como, por exemplo, a machamba.



- 👉 “...Por causa da pobreza e da fome, a comunidade acaba influenciando as famílias para casarem suas filhas...” Participante: Jovem homem – Nhamatsane.
- 👉 “... As famílias o fazem porque querem dinheiro de massunguiro⁵...” Participante: mulher - Soalpo.
- 👉 “...Há casos em que os pais falsificam cédulas para que possam casar suas filhas, onde crianças de 16 anos passam a ter 18 anos. Esta situação mostra que as pessoas estão conscientes de que estão cometendo crimes mas o interesse pelo dinheiro é maior...” Participante: Mulher - Soalpo.

O aspeto determinante, relacionado à prática das uniões prematuras de meninas, seria a “ambição dos pais destas”, em função do “Lobolo”, uma espécie de dote pago pela família do esposo à família da esposa. Neste caso, não podemos circunscrever a prática do ‘Lobolo’ exclusivamente às situações de vulnerabilidade social das famílias. De facto, tais usos se inserem no espectro das práticas de compensação matrimonial. Ligada à prática do ‘Lobolo’ foi-nos referida àquela do ‘Grossare’, que consiste na entrega de cesta básica à família da menina/rapariga/mulher na cerimónia de lobolo, o que contribui, na visão das comunidades, para que os pais entreguem prematuramente suas filhas ao casamento para garantir que não percam estes bens.

Um outro factor que faz com que as famílias desejem ou casem suas filhas precocemente é a gravidez



5. Recolhemos dois significados para a expressão: o primeiro deles é muito próximo, como é o caso aqui, ao Lobolo (dote pago pela família do esposo à família da esposa) Por outro lado, encontramos essa expressão como sendo a multa que a família do jovem/homem paga à família da rapariga/criança por tirar a virgindade desta.

precoces. Por não terem condições económicas e financeiras para sustentar a gravidez da rapariga e do futuro bebé, estas famílias optam por entrega-la ao jovem responsável por engravidar-la e a família do mesmo. Em todas as localidades inquiridas, foi partilhado que a maneira como se resolve um caso em que a menina aparece grávida, é entregá-la na casa do responsável pela gravidez. Raros são os casos em que os pais da rapariga a acolhem e cuidam de sua gravidez pois, muitos temem pela responsabilidade económica e financeira que advirá da mesma. A prática da união prematura de uma menina que teve a sua virgindade violada é chamada ‘Kuturira’⁶. Para além da união, tal prática pressupõe o pagamento de uma ‘multa’ – Massunguiro⁷ - por parte do violador e/ou da família deste, como uma espécie de ‘Lobolo’ reparatório.

Outras práticas tradicionais foram mencionadas:

- 👉 A prática do ‘mutengatore’ que consiste em uma família entregar a irmã mais nova da esposa para o genro (por este ser considerado bom genro) e, por sua vez, a família do genro entregar também uma rapariga para a família da esposa. Isto faz com que muitas meninas acabem estando em uniões prematuras.
- 👉 A prática do ‘Mabatiro’, que consiste no custeio de uma gravidez até o bebé nascer, e caso nasça



6. Casamento reparatório.

7. Multa que a família do jovem/homem paga à família da rapariga/criança por tirar a virgindade desta. Nestes casos, acredita-se que, a mãe da moça costuma sentir dores na coluna, o que é um indício de que ela teve relações sexuais.



menina esta é levada como esposa da pessoa que esteve custeando a gravidez ou, ainda, no caso de um curandeiro que, acredita-se, tenha conseguido fazer engravidar uma mulher.

- 👉 A prática do ‘Watorera Anadhoko’, que consiste, no caso em que uma esposa não possa ter filhos e a família não possa restituir o dinheiro do lobolo, em entregar ao esposo a irmã mais nova da esposa, para ela ter filhos.
- 👉 Existência de curandeiros e profetas que exigem uma rapariga como forma de pagamento pelos serviços prestados. Consultar médicos tradicionais faz parte dos costumes e do quotidiano das comunidades entrevistadas⁸.

1.7 Outras razões para a ocorrência de uniões prematuras - mudança cultural

Um outro aspeto mencionado pelos entrevistados tem a ver com a mudança cultural: a “modernidade”, a chegada de modelos culturais diferentes do que se considera como tradição (telenovelas, telemóveis, redes sociais). Na perceção dessas pessoas, tais modelos contribuem para fenómenos como união prematura e



8. Há de se referir que, em 2004, o Governo Moçambicano adotou uma Política de Medicina Tradicional e Estratégia de sua Implementação” reconhecendo como médico tradicional “a pessoa reconhecida pela comunidade na qual vive, como sendo competente para prestar cuidados de saúde usando plantas, animais, minerais e outros métodos baseados em conhecimentos anteriores, religiosos, sociais e culturais, bem como atitudes e crenças que são prevalentes na comunidade tendo em vista o bem-estar físico, mental e social”. In: Boletim da República, 14 de Abril de 2004. Ainda, segundo dados da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique – AMETRAMO (2021, <https://www.voaportugues.com/a/presidente-da-ametramo-explica-papel-da-medicina-tradicional/6311187.html>) existem em Moçambique cerca de 80 mil médicos tradicionais. Apesar disso, a profissão ainda não foi regulamentada (<https://opais.co.mz/ametramo-exige-criacao-de-lei-que-regule-actividade/>).



gravidez precoce.

Exemplo disso, são as telenovelas brasileiras (assim como redes sociais e telemóveis), que seriam culpadas de influenciar o comportamento e atitudes destas raparigas negativamente, porque, segundo os entrevistados, elas colocam em prática na vida real o que veem nas telas.

👉 *“...A cultura brasileira, as telenovelas: que as crianças assistem as novelas e querem praticar o que veem, por isto existem meninas de 13, 14 anos que já foram descabaçadas (perderam a virgindade) ...”* Participante: homem - Soalpo.

Estes comentários foram referidos maioritariamente em grupos focais de homens adultos e, ao nosso ver, podem estar relacionados a normas sociais que tendem a culpar as vítimas para as violências sofridas. Nesse sentido, foi mencionado que as meninas já não consideram os valores transmitidos pela família, muitas vezes os pais chamam atenção sobre determinados comportamentos e perigos a que elas estão expostas na sociedade, e as meninas não acatam os conselhos que os pais as transmitem sobre a vida. Este “novo fenómeno” foi denominado de “ganância por parte das meninas”. Foi explicado que, estando elas inconformadas com a realidade económica e financeira dos seus pais, e muitas vezes também



influenciadas pelas más amizades, vão em busca de bens materiais como cabelos (perucas), roupas, telefones, sapatos, e que quase sempre só são conseguidos em troca de sexo, na maioria das vezes com homens mais velhos. Este envolvimento sexual tem culminado em gravidez indesejada e na menina sendo forçada a ir viver em casa do indivíduo que a engravidou, vendo-se, portanto, dentro de uma união prematura.

👉 *“...As meninas casam-se com 16 - 17 nos por conta da sua própria malandrice. Muitas meninas não vão à escola, ficam nas barracas a beber, vão namorar e depois aparecem grávidas. Quando as meninas são engravidadas, os pais cobram o seu dinheiro e entregam-na em casa do menino/jovem que a engravidou...”* Participante: homem - Cafumpe

Tais percepções, ao nosso ver, para além de refletirem uma cultura de controle masculino sobre os corpos das meninas, como fica claro no comentário a seguir, reforçam alguns aspetos de reprodução social e cultural, em que o casamento e a constituição de alianças exercem um papel fundamental. Nesse sentido, a visão, sobretudo masculina e adulta, pode, no nosso entender, refletir uma visão de que a quebra de códigos morais que consentem uma união, não somente entre um casal mas, entre famílias, são quebradas por novas tradições, nesse caso, percebidas como nocivas. Não acaso, são as raparigas/mulheres que atentam contra essa moral, ao manterem relações sexuais ‘impróprias’ e que se refletem negativamente na

possibilidade de ‘escolhas’ das famílias com quem estabelecerão laços de aliança:

👉 *“...antigamente havia madrinhas que iam verificar as meninas (depois da primeira menstruação) e continuavam a controlar a menina (sua virgindade) por mais dois anos, neste momento já estavam prontas e maduras para casar. Nesse processo as madrinhas aconselhavam a elas a manterem-se virgens para o casamento e que isso valorizaria mais ainda os pais; hoje, por conta da lei estas já não acontecem, as meninas estão informadas e sentem-se muito livres, mas só olham para os seus direitos e não deveres...”* Participante: homem - Manhene

Ademais, estes entrevistados referiram que a divulgação constante das leis sobre os direitos da criança acaba influenciando no comportamento negativo das mesmas, pois elas focam-se apenas na parte que se refere aos seus direitos e não deveres, e quando os pais batem-nas “como forma de educar” são punidos.

1.8 Como a comunidade influencia uma família na decisão de casar sua filha/seu filho e quem são as pessoas-chave que influenciam esta decisão na família e na comunidade

De modo geral, tanto para a menina como para o menino, os respondentes sugerem que a comunidade não interfere e não desempenha um papel activo nestas situações. Segundo os entrevistados, por um lado porque as comunidades já possuem algum conhecimento sobre as leis e a maioria



está consciente do certo e do errado e, por conta desta consciencialização esta decisão sobre as uniões prematuras acontece de forma muito secreta e discreta.

👉 “...a comunidade não tem como influenciar porque é tudo feito às escondidas e de noite, só se apercebem quando vêem pessoas a levarem coisas (capulanas, as grades de refresco e mais) de forma secreta para a casa da família que está a casar sua filha...” Participante: mulher - Vanduzi.

Por outro lado, ainda existem algumas comunidades menos informadas sobre as leis e que, de alguma forma, influenciam as famílias a casarem seus filhos prematuramente pois, acreditam que se as meninas principalmente, não forem casadas acabam se perdendo na vida.

👉 “...As comunidades influenciam, há pessoas que começam a agitar os pais das meninas, dizendo que elas já estão prontas para se casarem e que, se não as entregarem para o casamento elas vão se perder para prostituição...” Participante: homem - Manhene.

Os vizinhos e lideranças comunitárias, que antigamente testemunhavam estas cerimónias, hoje já não são convidados a fazer parte das mesmas. Em algumas situações, tendo informações sobre este acontecimento, as lideranças comunitárias em algum momento tentam intervir mas não são bem vistos ou

compreendidos.

👉 “...A comunidade não intervém, muitas vezes se os líderes vão intervir, a família pede que não interfiram ou se intrometam...” Participante: homem – Soalpo.

O pai da rapariga é a pessoa quem toma a decisão de casar a sua filha. Na maioria das vezes sem o apoio da esposa, e quando esta tenta intervir na decisão é imediatamente impedida acabando ela por simplesmente seguir a ordem do seu parceiro.

O pai é que decide, a mulher só segue a ordem do marido porque quando ela tenta intervir o marido costuma dizer “o filho/a é meu/minha...” Participante: Mulher - Soalpo

Em alguns casos têm sido envolvidos os tios, avós, madrinhas/padrinhos e vizinhos idosos. É interessante notar, nesse sentido, que a comunidade parece ter alguma influência/papel na mediação do casamento quando se trata referendar e/ou apoiar uma decisão que fora tomada entre as famílias dos nubentes, normalmente pelos pais destes.



1.9 Consentimento da moça/rapaz para a realização do casamento

De um modo geral, não é vontade da rapariga ir ao lar e nem do rapaz receber e assumir a responsabilidade de cuidar de uma esposa e de uma família que prevalece na decisão do casamento/união. As famílias que entregam suas filhas ao casamento, na grande parte das vezes, o fazem porque esta menina encontra-se grávida e não querem ou não estão em condições de custear as despesas tanto da gravidez assim como da criação do bebé. O rapaz vê-se na situação de ter que assumir a rapariga que engravidou como sua esposa, portanto, não há escolhas para o mesmo. No entanto, existem alguns casos embora raros, em que a rapariga vai viver com o rapaz porque gostam um do outro, mas, com o andar do tempo e enfrentando as dificuldades do lar, elas desistem e voltam para casa dos pais.

👉 “...Não tem sido consensual, é obrigatório porque quando a menina está grávida é obrigada a ir viver em casa do moço que a engravidou...” Participante: mulher – Vanduzi.

Esse relato acima se refere à prática da ‘Kuturira’, ou casamento reparatório. Essa prática se dá não somente em casos onde há uma relação consensual, mas, também, quando se trata de um caso de violência sexual, ainda que as comunidades inquiridas relatem a diminuição de tais práticas. O nosso ver, lá onde a prática persiste, sobretudo nos casos de união após uma violência sexual, é o valor do Matsunguiro que muda, sendo mais alto do que nos casos de relação consensual. Isso se deve, no nosso entendimento, às leis que

proíbem as uniões prematuras e, também, que tutelam as mulheres/raparigas em caso de violência sexual. Nesse sentido, o valor do Matsunguiro é mais alto por temor de uma ação criminal e uma consequente pena de prisão⁹.

1.10 Influência das leis que proíbem o casamento infantil

As autoridades locais como a Secção de Atendimento a Família e Menores Vítimas de violência, o Serviço distrital de Saúde Mulher e Acção Social, a LeMuSiCa, algumas ONGs têm estado a desenvolver acções de divulgação das leis e, segundo as comunidades, é visível a mudança de comportamentos. Por conta deste trabalho de sensibilização junto às comunidades, algumas destas já fazem denúncias dos casos, já não participam deste tipo de cerimónias como padrinhos ou madrinhas, as famílias já não entregam suas filhas às uniões prematuras, e até mesmo os que continuam realizando estas uniões o fazem de forma clandestina, pois, estão conscientes das consequências de seus actos. Deste modo, ainda que



9. A citação seguinte ajuda a ilustrar o nosso raciocínio. “Letwin Leonardo de 14 anos de idade em 2017, nasceu e cresceu em Barauro, interior do Posto Administrativo de Choa, no Distrito de Bárue, região norte da província de Manica. (...) Um grupo de 4 indivíduos raptou Letwin da casa dos avós quando esta encontrava-se sozinha. (...) Sozinha diante de 4 homens, foi violada sexualmente por um dos raptadores, por sinal de 45 anos de idade e de nacionalidade zimbabweana, enquanto os outros seguravam-na. Letwin diz que este acto foi consequência de muitas tentativas de conquista que tal homem sempre a fez, chegando inclusive a aliciá-la com dinheiro para manter relações sexuais, mas a rapariga sempre recusou e contou a mãe e a avó. (...) O caso teria sido resolvido ao nível da comunidade pelas lideranças locais na ausência do verdadeiro violador, apenas estiveram presentes os restantes 3 elementos. Diante de pedidos de desculpas e conselhos das lideranças, o senhor Leonardo Secreta, aceitou um pagamento de uma multa de sessenta mil meticais pelos danos morais, na razão de vinte mil a cada um dos coniventes (grifos nossos), já que o verdadeiro violador desaparecera. Aconselharam igualmente a entregar a menina à família do violador. Os pais de Letwin não aceitaram, preferindo ficar com a sua filha para que no ano seguinte pudesse dar continuidade com os estudos. Uma atitude louvada por muitos membros de Barauro”. In: Casamentos Prematuros. Gender Links. Moçambique, 2017.



as comunidades afirmem a existência dessas práticas, há um questionamento sobre a sua legitimidade, reflexo, ao nosso ver, do efeito cogente da normativa que veta tais práticas e do trabalho de disseminação, sensibilização entorno desta.

- 👉 “... Sim, há mudanças de comportamento das comunidades, e podemos verificar uma redução de casos...” Participante: jovem homem - Manhene
- 👉 “...Há muitas palestras de disseminação de informação sendo feitas pelas ONG's e pelo governo, e isto tem estado a ajudar as pessoas a saberem agir nos casos de violação, mas existem outros que não acatam...” Participante: homem - Soalpo
- 👉 “A lei está a ajudar muito, está a mudar a forma das famílias lidarem com este assunto. Aqui já não se casa meninas menores de 18 anos. Há muito tempo eram obrigadas a casar pelos pais, hoje em dia não, mesmo de menor idade...” Participante: mulher - Cafumpe
- 👉 “...As pessoas são influenciadas sim, porque pela informação que têm, elas já não realizam o casamento infantil pois, temem pela lei...” Participante: homem - Manhene

Os entrevistados mencionaram que, ultimamente, tem sido comum as famílias realizarem as uniões prematuras com ou entre famílias que se encontram muito distantes da comunidade, para que, quando as lideranças locais quiserem intervir, não encontrem as crianças sob a justificação de que estão a estudar em outra província ou até mesmo país.

- 👉 “...Já não acontecem muitos casos em Manhene, principalmente porque já tem lá uma casa de LeMuSiCa, e as mulheres que trabalham lá costumam falar muito sobre a violência e sobre a importância de levarem casos às autoridades.” Participante: jovem mulher - Manhene
- 👉 “...São sim pois, hoje em dia as pessoas temem estes actos (casar suas filhas menores) por causa da lei...”
- 👉 “...As comunidades já têm conhecimento e estão cada vez mais sensibilizadas sobre a importância de investir na escolaridade de suas filhas...” Participante: homem - Vanduzi
- 👉 “...A lei está a mudar e a ajudar muito à comunidade, já temos crianças que terminaram a 12ª classe e vão à faculdade...” Participante: homem - Cafumpe

Embora a percepção, nas comunidades inquiridas, de que haja uma consciência das pessoas e uma parte considerável destas cumpra com o seu papel de denunciar os casos, lamentam o facto de que quem deveria fazer cumprir a lei, segundo eles, muitas vezes é quem a viola.

Nos testemunhos recolhidos, há muitos que afirmam que as famílias e as vítimas que se aproximam da polícia com a esperança de que o seu caso seja resolvido, são deparados com situações em que o infrator muitas vezes é solto porque pagou algum dinheiro, antes mesmo de o processo seguir os trâmites legais.



👉 *“...Nesta comunidade a lei não está a ajudar muito porque a própria polícia é que orienta as famílias para negociarem entre si mesmos nestes casos de violação. Estes, ao invés de prender e aplicar a lei, exigem a sua parte desta negociação...”* Participante: homem - Nhamatsane

👉 *“...Os que traçam e devem aplicar a lei, não a fazem cumprir e só a usam para corrupção. Basta ter dinheiro todos os casos são “resolvidos”, mesmo os de violência...”* Participante: homem - Nhamatsane

👉 *“...de que adianta seguirmos a lei para beneficiar à polícia, mais vale eu cobrar pessoalmente e comer o dinheiro sozinho”* Participante: homem - Nhamatsane

👉 *“...Antes de haver a Lei, eu, quando era criança, era proibido de andar com meninas senão ficaria doente, o mesmo para as meninas, portanto havia uma lei tradicional, então era difícil menina antes dos 20 anos ter marido. Mas, agora, que há lei está pior do que quando não havia, temos meninas de 13 anos que já são mães, que nem leite tem na mama para dar ao bebé...”* Participante: homem - Nhamatsane

1.11 Consequências da união prematura para meninas e meninos.

Por conta das experiências diárias e a divulgação das leis, as comunidades inquiridas demonstraram ter algum conhecimento de que as uniões prematuras trazem consequências muito negativas na vida das meninas e dos meninos que se casam precocemente, das suas famílias e da comunidade no geral.

Para as meninas, a maioria das que se encontram numa situação de união prematura, ficam grávidas, tornam-se mães e donas de casa de forma muito precoce, interrompem os estudos, abandonam/desistem

dos seus sonhos. Ao terem de assumir a responsabilidade de mulher/nora na ‘Sograria’ elas vêem-se incapazes de responder às responsabilidades da casa, da machamba, de sustentar e cuidar dos seus bebés, acabando por sofrer violências psicológicas e até mesmo físicas. Em situações mais graves, passam por dificuldades durante a gravidez e parto que podem resultar em cesarianas, fístula obstétrica, anemia grave e até morte materna.

👉 *“...na sograria¹⁰ tem que fazer trabalho que, na maioria das vezes, está acima da sua capacidade (dão-lhe uma machamba grande para cultivar), é forçada a acordar mais cedo para fazer esses trabalhos, ao contrário do que acontecia em casa dos pais...”* Participante: mulher - Vanduzi

Os meninos que, de repente, têm de se tornar pais e homens de família, enfrentam igualmente a situação de terem de abandonar a escola e terem de assumir a responsabilidade de sustentar a sua família, tendo para isso que ir em busca de trabalho, pequenos negócios (algumas vezes, tendo de exercer actividades acima de suas capacidades). Por conta da pressão do casamento, vive estressado, entra no mundo das drogas (consumo de álcool e de soruma), em algum momento optam pelo roubo, tornam-se agressivos para com suas “esposas” e vezes sem conta desistem do casamento, fogem, abandonam as suas famílias e em situações mais graves optam pelo suicídio, segundo apreendido nas comunidades inquiridas.



10. Ambiente ligado aos sogros, que pode ir da casa, onde a mulher/rapariga vai viver, até o espaço da economia e produção familiar, como, por exemplo, a machamba.



1.12 Como as famílias e outros membros da comunidade tratam meninas ou famílias que casam suas filhas antes dos 18 anos

Em razão do conhecimento demonstrado acerca do que envolve todo o processo de união prematura, parte significativa das comunidades inquiridas lamenta, não está a favor da prática e demonstra sentimentos de muita preocupação por estas famílias que submetem suas filhas às uniões prematuras. Em algumas situações tentam intervir directamente, mas não são compreendidos. Em outras situações denunciam os casos, mas dizem olhar com estranheza a atitude das autoridades sobretudo, da polícia pois, estes exigem dinheiro para “resolverem” os casos, chegando a pedir quantias que variam de 10 mil a 15 mil Meticais”.

👉 “...Não olhamos bem estas situações e quando vamos a essas famílias para procurar saber, dizem que a filha é deles e que não podemos nos meter...” Participante: mulher - Vanduzi

👉 “...As famílias lamentam imenso mas não podem intervir porque não são chamados. Quando tentam intervir são mal respondidos, como por exemplo: “a casa não é tua, a filha não é tua, não contribuíste em nada então, não te metas...” Participante: homem - Nhamatsane

Por outro lado, tanto a família como a rapariga são discriminadas e acabam sendo usadas como exemplo negativo para a comunidade, segundo os testemunhos recolhidos. As meninas ficam impedidas de brincar com outras de suas idades porque são rotuladas de mal comportadas e que podem influenciar negativamente às raparigas de sua idade. Parece-nos que esse processo de estigmatização parte dos familiares e adultos, por ‘temor’ que o mesmo aconteça com outras raparigas, sobretudo aquelas da própria família.

1.13 Como a prática da união prematura mudou nos últimos anos (últimos 5 anos)

Embora exista uma parte da comunidade que considere uma subida nos casos, devido às redes sociais, ao uso dos telemóveis, e o acesso às novelas, a maior parte das comunidades entrevistadas considera que os casos estão a reduzir. Estas comunidades temem a lei, pois já estão informadas, e as próprias raparigas têm informações sobre os seus direitos como resultado das palestras, mesas redondas, clubes da rapariga dentro da escola e da comunidade. Não notamos, durante a recolha de testemunhos nas comunidades, uma diferença substancial na perceção destas acerca da evolução do fenómeno entre comunidades urbanas e periurbanas, daquelas rurais. É bem verdade que o nosso trabalho de investigação não alcançou comunidades mais isoladas, com contatos menos frequentes com o contexto urbano e onde são ausentes ou menos presentes as agências do Estado e/ou outros atores.

O governo, por sua vez, considera que:

- 👉 “...Educar é um processo” e menciona que antigamente havia má interpretação da vida social: alguns pensavam que casar a sua filha era um benefício para família, montavam negócios, compravam gado, mas prejudicavam-se a si mesmos então, tratava-se pobreza mental”. Informante chave: autoridade local.

Ainda segundo esse informante chave, hoje em dia, com o trabalho que está sendo desenvolvido por si e parceiros, a mentalidade das comunidades demonstra mudanças muito significativas em relação a estas temáticas.

1.14 Propostas de soluções para essas questões

Para estas questões, os entrevistados deixaram ficar as seguintes propostas de soluções:

- 👉 O governo deve organizar grupos de activistas para fazer palestras de sensibilização nas (escolas, comunidades, igrejas, bairros, mercados e na própria polícia) e incentivar as pessoas a irem denunciar;
- 👉 Condenar rigorosamente os perpetradores e usa-los como exemplos para desencorajar os outros que pensam seguir o mesmo caminho;
- 👉 Penalizar e responsabilizar tanto a menina como o menino que está em situação de união prematura;
- 👉 Deve-se trabalhar na questão de sigilo profissional sobretudo, protecção dos denunciante por parte das autoridades;

- 👉 Sensibilizar as crianças para adiarem o namoro e o sexo para mais tarde, criando oportunidades para estarem ocupadas com outras actividades como o desporto;
- 👉 Orientar as crianças para que evitem amizades de má influência e ouçam os conselhos dos mais velhos;
- 👉 As lideranças comunitárias e dos bairros devem fazer vistorias semanais nas suas áreas de jurisdição, para interagir com as crianças, garantindo desta forma que, as denúncias são feitas directo a estes e façam o devido seguimento;
- 👉 Realizar “mesa redonda” para debates com a comunidade sobre estas matérias.



TÓPICO 2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Considerando a realidade partilhada pelas comunidades entrevistadas, a gravidez na adolescência é um tema que dificilmente pode ser tratado de forma dissociada daquele de união prematura, pois, os factores que concorrem para a gravidez na adolescência, na sua maioria, são os mesmos que concorrem para a ocorrência de uniões prematuras.

2.1 Ocorrência da “gravidez na adolescência” nas comunidades

Embora em algumas comunidades inquiridas tenha-se a percepção de redução de casos de gravidez na adolescência, grande parte das comunidades entrevistadas informou que estes casos continuam sendo bastante comuns e que de entre estes, alguns não chegam ao conhecimento dos pais/família porque as raparigas optam pelo aborto clandestino.

Um dado igualmente importante e partilhado pelas comunidades foi que, as meninas têm conhecimento sobre as temáticas (união prematura, gravidez na adolescência) e por conta deste facto, quando engravidam não procuram as autoridades de saúde para fazer o pré-natal, com receio de que sejam investigadas e prendam o responsável pela gravidez.

“Estes casos acontecem, mas muitas engravidam e tiram (fazem abortos) sem serem descobertas”.

Participante: mulher - Mudzingadzi

“...Estes casos acontecem em Manhene, e quando ocorrem, tem sido hábito as mães, avós, tias ou até mesmo as meninas grávidas, recorrerem ao aborto por via de medicamentos tradicionais”. Por participante jovem mulher - Manhene

2.2 Porque a “gravidez na adolescência” ocorre na comunidade

De um modo geral, desde o nosso ponto de vista, as respostas das comunidades inquiridas acerca da gravidez precoce, seguem uma mesma linha de raciocínio daquela da união prematura. O mesmo vale para as nossas observações. Entre outras coisas porque, como veremos logo abaixo é a entrega da rapariga ao ‘dono da grávida’, ou seja, o rapaz ou homem responsável pela gravidez, a prática mais corrente, segundo afirmam as comunidades. Ao ver das comunidades inquiridas, a gravidez na adolescência ocorre por conta de várias razões/factores, entre os quais:

👉 **Mau comportamento das próprias raparigas** - muitas vezes influenciadas por más companhias e amizades, o que as faz não obedecerem aos pais e não ouvirem os seus conselhos, acabando assim, sendo enganadas por homens mais velhos (por quem são sexualmente abusadas);

👉 *“...O comportamento das meninas, hoje em dia pois, “brincam mal e acabam grávidas...”*

Informante-chave: Presidente de Tribunal Comunitário - Vanduzi



Pobreza por parte dos pais aliada à ganância das raparigas - por não terem condições em casa e porque as meninas querem ter telemóveis, roupa bonita, cabelos e mais, elas acabam envolvendo-se com homens em troca destes bens, e acabam grávidas.

👉 *“...Imagina, uma criança tem uma amiga, essa amiga comprou telefone (smartphone). Ela também quer ter, os pais não têm dinheiro pra comprar. Então, a intenção da criança é de namorar, de dormir com uma pessoa que não quer, só para ter dinheiro pra comprar telefone ou comprar calça”.*
Informante-chave Professora e responsável adjunta pela área do género - Soalpo

👉 **A televisão e Internet (novelas, filmes e telefones)** - influenciam no comportamento das raparigas, sobretudo em assuntos ligados à sexualidade, despertando nelas curiosidade e fazendo-as experimentar o que vêem pelas telas;

👉 **Situações de vulnerabilidade (orfandade)** - as crianças que não têm assistência básica, vêm-se na situação de “desenrascarem-se” para obter o mínimo para sua sobrevivência e, nessa busca, acabam tendo que se envolver sexualmente com quem as promete uma vida melhor (geralmente homens mais velhos) e quase sempre essas relações culminam em gravidez.

👉 *“...Há casos de crianças órfãos e vulneráveis, que quando são acolhidas por algumas famílias, elas sentem-se discriminadas pela forma como são tratadas, acabam procurando alguém que possa cuidar*

delas e muitas vezes são homens mais velhos, que depois acabam se aproveitando dela.” Participante:
homem - Nhamatsane

👉 **Violação sexual** - foi partilhada a existência de um fenómeno que tem estado a acontecer, sobretudo nas zonas urbanas, que é são as “Gangues” tratam-se de grupos geralmente compostos por adolescentes e jovens. Nestes gangues têm havido muitas situações de violação sexual, muitas meninas que fazem parte desses grupos, ou mesmo fora desses, vêm-se, em algumas situações, obrigadas a praticar sexo com os membros da gangue e acabam sendo engravidadas nestas circunstâncias;

👉 **Consumo de drogas** - hoje em dia, muitas crianças, jovens e adultos andam no mundo do álcool e esta realidade tem estado a contribuir para o sexo fácil, e violações sexuais permitindo desta forma, o aparecimento de gravidezes.

👉 *“...Quando as pessoas bebem elas não se controlam, qualquer informação que aparece na mente elas querem obedecer, por exemplo, se aparecer-lhe a ideia que agora é pra ir atrás de uma menina, não importa a idade, então, naquela altura, em que está a mandar o álcool, ele vai”.* Informante-chave:
DPGCAS Nhamatsane.

👉 **Crenças religiosas** - a existência de algumas seitas religiosas na província de Manica cujas doutrinas prejudicam as crianças sobretudo as meninas pois, nestas seitas têm ocorrido que os “líderes”



das mesmas muitas vezes envolvem-se sexualmente ou até mesmo levam meninas (crianças) como suas esposas.

👉 “...*Unões prematuras promovidas por seitas religiosas, exemplo da “seita Johane Malangue”¹², em que homens de 70, 80 anos mantêm relações sexuais ou casam com meninas de 13, 14, 15 anos*”. Informante chave

2.3 Consequências da gravidez precoce para as meninas

As consequências da gravidez precoce são apresentadas em vários âmbitos pelas comunidades inquiridas, como o físico, psicológico e socioeconómico, entre estes:

- 👉 Fístula obstétrica;
- 👉 Cesariana;
- 👉 Aborto espontâneo;
- 👉 Anemia grave;
- 👉 Morte materno-infantil;



12. Durante o trabalho de investigação foi-nos várias vezes referido o caso da seita Johanne Marange. De fato, há um número considerável de denúncias contra adeptos dessa seita religiosa por incentivar práticas como união prematura (<https://www.wlsa.org.mz/seita-johanne-marange-promove-casamentos-prematuros/>, <https://www.voaportugues.com/a/policia-detem-lider-religioso-poligamo-anula-casamento-menor-mocambique/3642157.html>, <https://www.tvn.co.mz/index.php/gaza/item/10284-manica-governo-ausculta-igreja-johane-malangue>). Entretanto, ainda em 2023, o Governo de Moçambique autorizou o funcionamento da igreja, por esta “ter revisto as suas normas internas, que colidiam com os direitos fundamentais dos cidadãos, incluindo a proibição de frequência do ensino, por parte dos seus membros”. (<https://www.rm.co.mz/manica-igreja-johane-marangue-anunciou-a-construcao-de-4-escolas/>)

👉 Bebé e mãe negligenciados: porque esta rapariga ainda não tem idade e nem experiência para perceber as necessidades do bebé acaba sendo negligenciado ou até mesmo deitado fora;

👉 Interrupção dos estudos;

👉 Violência doméstica;

👉 Frustrações e traumas;

👉 “...*Aumentar o nível de pobreza, ficar pobre para sempre, pois, estando grávida e não tendo condições para sustentar o bebé, acaba dando essa responsabilidade aos pais e em nada poderá apoiar a sociedade*”. Informante chave: presidente do tribunal comunitário - Vanduzi

2.4 Como são resolvidos os casos de “gravidez na adolescência” na comunidade

De modo geral, as comunidades inquiridas informaram que os casos são resolvidos a nível familiar, em que:

Os pais resolvem entregando a menina em casa da família do jovem que a engravidou;

👉 “...*Os pais dispensam a menina para ir a casa do “dono da grávida...”*” Participante Mulher - Soalpo

👉 Em outros casos, as meninas são submetidas ao aborto seguro ou clandestino pelas mães e tias e, em algumas situações, com o consenso da família do jovem que a engravidou;

👉 A utilização de métodos contraceptivos nas raparigas é uma das formas encontradas pelas comunidades para que as meninas não fiquem grávidas. No entanto, por outro lado, foi



mencionado que algumas raparigas recorrem a algumas unidades sanitárias para retirar-las, pois, em algumas situações, a elas é exigido um filho, por parte do parceiro/namorado, para que prove o seu amor.

- 👉 Poucas são estas situações mas, existem os que resolvem separando o casal, assumem a responsabilidade de cuidar das filhas e da gravidez e também do bebé, permitindo, desta forma, que a menina continue no ambiente familiar e sobretudo tenha oportunidades de continuar com os estudos.
- 👉 Grande parte das comunidades entrevistadas mencionou que as famílias não envolvem as lideranças comunitárias para a resolução destes casos porque estes, na sua maioria, têm olhado para cobrança de dinheiro como solução para estes casos e não os encaminham para as instituições de direito.
- 👉 A polícia tem sido envolvida para resolver estes casos apenas, quando entre as famílias não se consegue chegar a um consenso.
- 👉 Quando uma menina está grávida e a comunidade descobre denuncia às autoridades;

2.5 Pessoas chave, dentro da família e da comunidade, que influenciam as decisões na vida da menina grávida?

A vida desta rapariga grávida é geralmente influenciada ou decidida pelos pais (a mãe não costuma ter um grande poder de decisão, ela simplesmente concorda com o marido), no dizer das comunidades inquiridas. Em outros casos, já não tão comuns, envolvem-se os tios, avós, padrinhos. De referir que, a menina nunca é chamada a dar a sua opinião em relação a esta decisão. Do mesmo modo, não são chamadas em causa as autoridades (polícia).

2.6 Como a prática da gravidez na adolescência mudou nos últimos anos (5 anos)

As comunidades consideram que estes casos estão a registar alguma redução, mas, mencionam que nas zonas mais recônditas são casos que continuam acontecendo com alguma frequência. As mesmas assim o consideram porque, segundo elas, as palestras de sensibilização que os prestadores de serviços de saúde realizam sobre a importância do planeamento familiar e uso de preservativo já traz mudanças de comportamentos consideráveis. Aliadas a estas iniciativas, existem igualmente as campanhas sobre o aborto seguro embora, segundo as comunidades, por outro lado se mal interpretadas podem induzir a rapariga à prática da prostituição, segundo alguns testemunhos.

Segundo autoridades locais, prestadores de serviços entrevistados, desde o ano de 2019 sentem-se mudanças na forma de pensar das comunidades por conta da Lei 19 (Sobre a proibição de uniões prematuras), estas já estão cientes de que estes casos constituem crime.

2.7 Soluções propostas

Como forma de solução destes casos de gravidez precoce, as comunidades propõem que o Governo intensifique as campanhas sobre o uso de métodos contraceptivos e de planeamento familiar;

- 👉 O governo e parceiros de cooperação devem continuar com acções de sensibilização e disseminação de informação nas escolas, nas comunidades, nas igrejas, mercados, envolvendo sempre as crianças e adultos;



- 👉 As comunidades propõem a criação de um serviço ambulatorio de saúde sexual como SAAJ (Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens) pois, geralmente os hospitais são distantes das comunidades;
- 👉 Realização de palestras porta a porta - as comunidades acreditam que, desta forma, terá mais impacto pois, quando se convoca as comunidades no geral, poucas aderem sobretudo, nas zonas urbanas e periurbanas;
- 👉 Os pais devem dialogar com seus filhos e filhas sobre estas temáticas, aconselha-los e incentiva-los a continuarem com os estudos e a adiarem o sexo para mais tarde;
- 👉 As meninas devem aderir aos serviços de saúde (métodos contraceptivos);
- 👉 O Governo deve intensificar suas ações de divulgação de Leis sobre anticorrupção nos sectores que prestam serviços às comunidades, por conta das cobranças ilícitas feitas durante as denúncias de casos;
- 👉 O Governo deve introduzir medidas e políticas no sector da Educação para que as meninas não estudem no período noturno;
- 👉 As comunidades devem denunciar os casos e estes casos devem ser usados como exemplos para desencorajar tais comportamentos;

O governo, por sua vez, considera que, embora esteja sendo ensinado às comunidades a denunciarem os casos, estes acontecem porque: muitas vezes quem sustenta a rapariga vítima é a pessoa que vai presa por ter engravidado esta rapariga. Nestas situações deve de ser feito um trabalho de integração da rapariga em

casa dos familiares (avó, tias...) que na maioria das vezes não têm condições mínimas para cuidar desta rapariga. Diante deste cenário, o Governo deixa uma responsabilidade para as ONG's de, ao desenharem projectos de intervenção nestas áreas temáticas, estes projectos devem ser acompanhados pela componente de empoderamento para jovens resgatadas de uniões prematuras/gravidez pois, muitas das raparigas acabam ficando em situação de violência por vulnerabilidade.



TÓPICO 3. VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

3.1 Frequência de casos de violência por parceiro íntimo na comunidade

Casos de violência física e psicológica acontecem a nível das comunidades entrevistadas em que estão relacionados aos parceiros íntimos. Grande parte destas comunidades considera que o comum é que os casos de violência física aconteçam mais contra as mulheres e que os casos de violência psicológica aconteçam mais para com os homens. As comunidades mencionaram que, actualmente, para além dos casos de violência física, é comum testemunharem casos de violência psicológica. Um dado importante partilhado pelas mesmas, é que estes casos geralmente acabam ficando em âmbito familiar, no lar onde ocorre a violência, mais difícil o envolvimento da família alargada – pais, padrinhos etc. e ainda menos comum é o envolvimento dos vizinhos e comunidades à volta.

👉 “...É mais frequente assistir violência contra mulheres do que contra homens, pois não é comum mulheres baterem nos seus maridos. A violência física acontece pouco, a violência psicológica acontece muito”. Participante: jovem - Manhene

👉 “...Comum mais para o lado das mulheres, porque em Manhene as mulheres são muito religiosas, e foram educadas a serem submissas e a respeitarem os seus maridos, por isso é que muitas vezes quando são agredidas fisicamente e elas não se manifestam”. Participante: homem - Manhene

3.2 Razões consideradas legítimas para que uma pessoa possa insultar, ameaçar ou bater o seu parceiro

Segundo as comunidades, é considerado legítimo que um parceiro/a cometa violência física ou psicológica contra seu parceiro se este:

- 👉 Trair o seu/sua parceira/o;
- 👉 Se a mulher não cuidar da casa e do marido (cozinhar, lavar e engomar a roupa, dar água para o banho);
- 👉 Se a mulher se recusar a ter relações sexuais com seu esposo;
- 👉 Se a mulher não cumprir as leis/regras do marido;
- 👉 Se o homem não trabalha e não custeia as despesas de casa;
- 👉 Se o homem deixa dinheiro para despesas, mas quando volta para casa e a mulher não cozinhou, não lavou a sua roupa e quando questionada ela responde mal;
- 👉 Quando a mulher não controla e nem cuida das crianças.

👉 “...Os homens não deixam dinheiro em casa para as despesas e ao fim do dia quando voltam para casa, exigem o almoço ou o jantar e quando não há, é um motivo para agredirem suas esposas”.

Participante: jovem mulher - Manhene

👉 “...A mulher não pode dizer que está indisposta para ter relações sexuais que, constituem motivo para ser agredida também”. Participante: jovem homem- Manhene



👉 “...Os homens costumam ter namoradas/amantes e se suas esposas reclamam ou procuram satisfação são agredidas”. Participante jovem mulher - Manhene.

3.3 Por que a violência por parceiro íntimo ocorre em sua comunidade

Segundo as comunidades entrevistadas, é comum que a violência ocorra por conta dos seguintes factores:

- 👉 Traição ou ‘amantismo’¹³ - este factor foi mencionado em todas as comunidades e foi frisado que, principalmente, se a traição for por parte da mulher;
- 👉 Homens que não custeiam as despesas de casa e acabam com todo o dinheiro em bebidas e mulheres.
- 👉 A mesma situação sucede para mulheres, que vão beber e esquecem de suas responsabilidades de cuidar das crianças/filhos, deixando-as negligenciadas;
- 👉 Poligamia;
- 👉 Recusa da prática de sexo, tanto para o homem como para a mulher. Esta recusa é motivo para achar que o parceiro o trai;
- 👉 A pobreza;
- 👉 Consumo de bebidas alcoólicas (por ambos);
- 👉 A falta de entendimento, união e diálogo entre o casal;



13. Prática de relações extraconjugais.

- 👉 Os ciúmes e nervosismo;
- 👉 A falta de paciência, integridade e tolerância;
- 👉 A desobediência por parte da mulher quando o marido a proíbe de ter amizades;
- 👉 O desenvolvimento e as oportunidades que em algum momento as mulheres têm de poder trabalhar/ ter um emprego, faz com que percam o respeito pelos seus maridos e isso faz com que os mesmos optem pela agressão como forma de impor algum ‘respeito’.
- 👉 “...Por falta de diálogo entre os casais, porque se eles conversassem e se entendessem, muitos casos de violência seriam evitados”. Participante: jovem mulher
- 👉 “...Acontece por causa do comportamento dos homens. Eles quando saem, não deixam nada em casa para o sustento da família, e quando voltam bêbados, chutam as panelas, insultam e agredem as suas esposas e isso cria um desconforto para a família”. Participante: homem - Manhene
- 👉 “...Recusar-se a fazer sexo com o parceiro – exemplo: uma mulher que estava grávida de 8 meses e recusou-se, o marido cortou-lhe a mão”. Participante: homem - Soalpo

3.4 Quem são os perpetradores e quais são as consequências para a vítimas

De acordo com os membros das comunidades entrevistadas, os casos de violência física e psicológica são perpetrados por ambos, e considerem que, é mais comum que os homens pratiquem mais a violência física e as mulheres a psicológica, como fora explicitado acima.



As consequências da violência física e psicológica para as vítimas são de várias ordens, desde:

- 👉 A separação do casal/Divórcio;
- 👉 Mortes, na maioria das vezes por suicídio;
- 👉 Traumas psicológicos;
- 👉 Baixa autoestima, tristeza, solidão;
- 👉 Cadeia/prisão;
- 👉 Poligamia (arranjar outras mulheres para aliviar os problemas que tem em casa);
- 👉 Crianças negligenciadas e marginalizadas e vivendo com traumas psicológicos;
- 👉 Danos físicos;
- 👉 “...Danos físicos estraga o corpo, a cara, a mulher fica cheia de cicatrizes e outros homens batem mesmo na cara das mulheres para não serem apreciadas por outros homens”. Participante: mulher - Vanduzi
- 👉 “...Temos caso de uma mulher que foi queimada no sexo para não namorar muito”. Participante: mulher -Vanduzi

3.5 Como são resolvidos os casos de Violência por parceiro íntimo na comunidade

Foi mencionado pelas comunidades inquiridas que, antigamente, os casos ou problemas relacionados ao casal eram resolvidos entre quatro paredes e sem a interferência de terceiros. No entanto, nos tempos

actuais, estes casos são resolvidos a nível familiar, onde já é possível envolver terceiros. Nesta abertura, em busca de soluções para o problema do casal, são convidados em primeira mão os padrinhos, a quem cabe conversar e aconselhar o casal com vista a que se reconciliem.

Os pais e tios intervêm nestes casos apenas quando a vítima solicita tal apoio, e só depois de passarem pelos padrinhos. Não havendo uma solução depois deste leque de intervenientes, as autoridades comunitárias (tribunais comunitários, chefes das 5 casas, secretário do bairro, conselheiros da igreja) são procuradas para prestar apoio e resolver os casos, embora isto aconteça de forma muito rara hoje em dia, pois, segundo as comunidades, estas autoridades já não desempenham um papel importante nestas situações por conta do surgimento/existência das SAFMVV (Secção de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência) porque já existe a consciência das comunidades de que lá é onde devem ir expor suas preocupações.

Importa referir que todos estes intervenientes só são chamados quando ocorre a violência física de forma exagerada/grave.

- 👉 “...As comunidades já estão informadas sobre a violência e que este tipo de violência é um crime público, então a comunidade faz a denúncia na SAFMVV (Secção de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência) ”. Participante: homem - Manhene
- 👉 “...Muitos destes casos não são denunciados, mas os que aparecem, a maioria são resolvidos na polícia”. Por participante mulher - Nhamatsane



👉 *“Hoje a comunidade não interfere em nada, a comunidade já não existe, os casos são levados logo para a esquadra”.* Participante: homem - Nhamatsane

👉 *“...As comunidades já estão informadas sobre a violência e que este tipo de violência é um crime público, então a comunidade faz a denúncia na SAFMVV (Secção de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência) ”.* Participante: homem - Manhene

3.6 Possibilidade de separar-se do parceiro violento

Sobre este ponto as opiniões divergem, sendo que, uma parte das comunidades entrevistadas assume que se for de forma livre é permitido sim, que a vítima desista da sua relação se esta for abusiva, sobretudo se for um caso em que a violência ocorre de forma recorrente, evitando, assim danos maiores, como por exemplo a morte.

As comunidades dizem ainda que, pela tradição, esta decisão não é muito bem recebida, pois as famílias (da parte da mulher) recebem dinheiro no acto da união do casal (Lobolo) e estando na situação de pretensão de desistir do casamento, a sua família é praticamente obrigada a devolver esse dinheiro (que já não existe mais). Ainda no âmbito das tradições, quando a mulher pensa em desistir do casamento é questionada a forma como esta mulher foi educada pelos seus pais, considerando-a uma pessoa sem responsabilidade, que leva para terceiros assuntos que devem ser discutidos entre quatro paredes. Diante destes factos, a esta mulher é ensinado que deve aguentar o seu lar pois, o seu marido pagou por ela e ela deve suportar tudo.

Por um lado, temos a mulher a ser obrigada/aconselhada a aguentar o lar, por outro lado temos os homens a serem aconselhados a deixarem as esposas e procurarem outra mulher, em casos, sobretudo de traição e desleixo nas tarefas domésticas. Existindo as leis e estando informadas sobre os tipos de violência, os homens têm pautado por abandonar o lar do que agredir suas esposas e terem de responder criminalmente a justiça.

👉 *“É permitido [separar-se], porque a vítima quando já não aguenta precisa descansar, e se permanecer nesse lar pode até morrer”.* Participante: mulher - Cafumpe

👉 *“Às mulheres não é permitido porque perdendo o lar, mancha o nome da família e, nestes casos, se as meninas quiserem sair do casamento são devolvidas para a casa dos pais, e estes pais não tendo condições de devolver o dinheiro do “lobolo” [o que é habitual] acabam dizendo a menina para voltar e aguentar o casamento.”* Participante: jovem mulher - Manhene

👉 *“Às mulheres não é permitido porque quando isso acontece a família da menina é acusada de não ter educado bem a sua filha.* Participante: jovem homem - Manhene

👉 *“...Pela tradição não é, porque, por exemplo: uma mulher que resolve deixar o seu parceiro por conta da violência, é chamada de maluca, sem juízo, que tira assuntos de 4 paredes para fora*



e a comunidade a condena pois, dizem que o marido a “lobolou”, pagou todos os dotes, foi comprada e portanto, deve aguentar.” Participante: homem - Manhene

👉 *“...Nesta comunidade, a decisão de deixar o parceiro é individual, ninguém interfere. O que acontece normalmente, é que primeiro passa-se pelo aconselhamento (padrinhos e algumas autoridades) mas, não havendo entendimento, cada um é livre de ir.”* Participante: homem - Vanduzi

👉 *“...Os pais não deixam as suas filhas deixarem os lares, e aconselham-nas a aguentarem o lar”.*
Participante: mulher - Vanduzi

3.7 Papel da família em casos de violência pelo parceiro íntimo

Nos casos de violência por parceiro íntimo, raramente as famílias são convidadas a intervir. Na maioria dos casos, só intervêm quando são solicitadas pelas próprias vítimas quando já não suportam mais as agressões, ou então quando os padrinhos acham que a família deve intervir.

O papel das famílias tem sido o de aconselhar o casal para uma reconciliação e um número muito reduzido de famílias resolve os casos envolvendo as autoridades. Em situações em que os pais intervêm sem serem solicitados, muitas vezes por preocupação, (maioritariamente mulheres), são considerados “loucos”.

👉 *“...Outras mães atrevidas, qualquer problema que aconteça vão lá para levar a filha de volta”.*
Participante: mulher - Nhamatsane

👉 *“...Se não é solicitada não intervém. Existem alguns pais que intervêm por sentirem dor pelo sofrimento da filha.* Participante: homem - Soalpo

👉 *“...Intervém, sentam-se para tentar chegar a um entendimento mas, não havendo consenso uns podem separar se e outros até levam os casos a polícia”.* Participante: homem - Nhamatsane

👉 *“... A família costuma intervir e resolvem os casos com as autoridades, porque se não se levar pode acabar em mortes.”* Participante: mulher - Vanduzi

“...Sim, mas muitas vezes o resultado é triste porque as famílias sempre aconselham as mulheres a aguentarem o lar, o que não é bom pois, muitas vezes elas acabam morrendo”. Participante: homem - Manhene

👉 *“...A família só pode intervir se for solicitada. Se intervir sem ter sido solicitada pode ser mal vista, como quem quer interferir no lar”.* Participante: mulher - Cafumpe

Ainda que tenhamos recolhido testemunhos sobre a legitimidade da interferência da família, sobretudo da vítima de violência, é mais frequente relatos de que isso só pode acontecer caso seja solicitado. E nem sempre quando é solicitada, a família reage de modo a proteger a integridade física da vítima que, como vimos, é mais frequentemente mulher. De fato, na ótica das trocas simbólicas – e materiais – que envolvem uniões/casamentos, a mulher é quase uma propriedade da família do marido/companheiro e os compromissos que envolveram a união, pressupõem, muitas vezes, a devolução dos valores dos dotes em caso de separação.



3.8 Pessoas-chave dentro da família e da comunidade, que influenciam na vida da vítima de violência

Dentro família e quando solicitados, quem participa na resolução dos casos normalmente são:

- 👉 Tios
- 👉 Avós
- 👉 Pais

Da comunidade:

- 👉 Padrinhos
- 👉 Pastores das igrejas
- 👉 Matronas
- 👉 Polícia/esquadra/SAFMVV
- 👉 Conselheiras
- 👉 Lideranças comunitárias
- 👉 Vizinhos

3.9 Como a prática da Violência por parceiro íntimo mudou nos últimos anos (5 anos)

Uma parte considerável das comunidades entrevistadas referiu que a tendência da ocorrência destes casos é de reduzir. A divulgação das leis contribui para tais comportamentos pois, as pessoas estão informadas sobre as consequências resultantes do acto de uma violência.

De forma geral, as comunidades consideram que este tipo de caso tenha reduzido bastante, embora considere que em zonas mais recônditas a realidade possa ser outra.

👉 *“...Reduziu, está normal porque as pessoas já estão informadas e já sabem o que é certo ou errado”.*

Participante: mulher - Vanduzi

👉 *“...Está a baixar porque as comunidades já têm conhecimento sobre as leis”.* Participante: homem -

Soalpo

👉 *“...Mudou, tende a reduzir, já estão informados por conta dos parceiros e governo e pessoas influentes da comunidade”.* Participante homem - Manhene

👉 *“...Os casos estão a subir por conta do desentendimento nos lares, hoje em dia as mulheres querem assumir o lugar do homem na família. A mulher quando começa a trabalhar já não tem respeito para com o marido porque acha que já não depende dele”.* Participante homem - Nhamatsane



3.10 Soluções para essas questões

Como soluções para as questões levantadas, as comunidades defendem que:

- 👉 As famílias devem educar e preparar os seus filhos para o casamento: os homens devem ser ensinados sobre como tratar uma mulher, a sua esposa e suas filhas e, as mulheres devem ser educadas sobre como se comportarem no lar;
- 👉 Educar os casais para que resolvam seus problemas através do diálogo e não da violência;
- 👉 As lideranças comunitárias devem intensificar acções de sensibilização nas comunidades, abordando assuntos sobre a violência e Leis;
- 👉 As comunidades devem aproximar-se às autoridades para denunciarem casos e também resolverem os seus;
- 👉 As autoridades devem punir exemplarmente os perpetradores de actos de violência;
- 👉 As comunidades devem aumentar a vigilância nos seus bairros para prevenir mas, também, para poderem fazer o seguimento dos casos;
- 👉 As mulheres devem reunir-se para discutir esses assuntos.



TÓPICO 4. VIOLÊNCIA SEXUAL

4.1 Percepção do fenômeno do Abuso e Violência sexual contra mulheres/homens na comunidade

A violência sexual é um problema que afecta as comunidades, embora os entrevistados e entrevistadas tenham partilhado que, ultimamente, não se presencie a ocorrência de muitos casos desta natureza. Estas comunidades dizem que o comum é que os casos ocorram mais entre casais, e que muitas vezes não se tem conhecimento dos mesmos porque são tratados de forma sigilosa a nível familiar. As comunidades explicam que nestes casos entre casais, na maioria das vezes a mulher é que é vítima, exceptuando alguns casos, poucos, em que o homem o é. Foi referido que muitos homens não denunciam casos por preconceito e por receio de sentirem-se rebaixados.

- 👉 “...Acontecem muito dentro de casa, mas é mais frequente entre marido e mulher”. Participante: mulher - Cafumpe.
- 👉 “...Acontece, mas só casos entre marido e mulher”. Participante: homem - Cafumpe
- 👉 “...Acontecem estes casos, não com muita frequência mas, tem sido entre marido e mulher e, em alguns casos, mulheres violam sexualmente seus maridos”. Por participante jovem mulher - Manhene
- 👉 “Acontece, mas hoje em dia aqui no nosso bairro as meninas não falam porque elas andam com homens mais velhos”. Participante: homem - Soalpo

👉 “...Estes casos acontecem entre pessoas que se agridem sexualmente, ou entre um mais velho que ‘descabaça’ as meninas”. Participante: mulher - Vanduzi

👉 “... Normalmente é algo que acontece de noite, e pela manhã quando saem, estão todos bonitos e não dá pra ver”. Participante: mulher - Mudzingadzi

👉 “...Muitos homens não aderem aos serviços por preconceito e sentirem-se rebaixados”. Informante chave: SAFMVV.

4.2 Possíveis consequências da guerra ou da ocorrência de desastres naturais (como ciclones) sobre o fenômeno da violência contra mulheres/homens?

As comunidades informaram que já passaram por algumas situações de desastres mas, não tiveram nenhum caso desta natureza. Partilharam que já ouviram que estes casos acontecem em centros de acolhimento mas, nada que tenha ocorrido ou experienciado nas comunidades entrevistadas.

Apesar da ausência de relatos mais recentes de casos de violência em contextos de guerra, a literatura sobre a violência, principalmente sexual, praticada contra mulheres e meninas durante a Guerra dos 16 Anos, em Moçambique, é relativamente extensa e relativas também às províncias de Sofala e Manica¹⁴.



14. “Primeiro os soldados mataram meu marido e depois estavam prestes a me matar também porque me acusaram de ser a esposa de XX. Os soldados chegaram à minha casa (...) e disseram-nos para os seguirmos (...) Naquele dia éramos quinze mulheres e um homem no total. Eles nos levaram para um lugar muito distante no Posto de Maringue (Furquia) (...) Sofri violações sexuais várias vezes (...) Durante o dia, tínhamos



4.3 Frequência de casos de abuso sexual de mulher/homem?

O mais comum é que se acompanhe casos de mulheres que sofreram violência sexual, sobretudo por parte do parceiro. Existem poucos casos contra os homens.

De qualquer modo, ainda que as comunidades inquiridas tenham indicado que os casos mais frequentes de abuso sexual se deem no contexto doméstico e praticados pelos parceiros, é interessante notar no item 3.2 Razões consideradas legítimas porque uma pessoa possa insultar, ameaçar ou bater o seu parceiro, a recusa de relações sexuais por parte de um dos parceiros, sobretudo mulheres, resulta como uma dessas razões. A nossa hipótese é que a percepção, mesmo das pessoas que indicaram que o número maior de casos de violência sexual contra mulheres se dá no âmbito doméstico, de que se

de moer grãos de milho e cozinhávamos para os soldados. Quando estava escurecendo, eles nos chamavam. Havia vários soldados. Eles nos ameaçavam de morte. Um dos estupradores foi chamado de JM e disse que queria se casar comigo. Eles costumavam nos ameaçar de morte. Fui levada para um quarto escuro. Eu estava com muito medo. Então, concordei como forma de salvar minha vida. Ele disse: “De onde eu venho, deixei minha mãe e minha esposa; se você disser não, vou matá-lo”. (...) Quando terminou, ele me mandou embora. No dia seguinte, outro soldado me chamou novamente; depois veio um terceiro soldado. Ele me estuprou e depois me disse que eu tinha de ser sua “esposa” para que os outros soldados não pudessem mais me estuprar...”

“À medida que a guerra se desenrolava, o sistema de gandra implicava o sequestro de mulheres jovens de suas casas para as bases militares para moer milho e cozinhar para os soldados. Esse processo geralmente resultava em violência sexual contra elas (grifos nossos). Outras eram forçadas a se casar com soldados e passavam vários anos em cativeiro, vivendo longe de suas casas. Era extremamente difícil escapar. Até mesmo as meninas que ainda eram muito jovens nos últimos anos da guerra foram socializadas com histórias de como a guerra brutalizou a vida de muitas meninas e de seus pais. Uma interlocutora declarou: “Por causa da guerra, muitos de nossos pais morreram sem ‘comer’ o mabatiro” (a perda da virgindade sancionada por uma menina, quando os pais pedem um presente). Em resposta, os pais tentaram proteger suas filhas jovens contra o sequestro e o estupro. Suas estratégias incluíam o seguinte: 1) parentes do sexo masculino às vezes lutavam contra os soldados; 2) casamento prematuro das meninas; 3) esconder as meninas nas florestas; e 4) ‘ku toera mabota’ (“ir atrás das botas”, ou seja, obedecer aos soldados)”.

In: Igreja, V. (2007, June 5). The monkey's sworn oath: Cultures of engagement for reconciliation and healing in the aftermath of the civil war in Mozambique. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/12089> pp. 147 e 160.

considera violência sexual quando seguida de agressão física (p.ex. espancamento) e, sobretudo, quando esta deixa marcas ou feridas na vítima. Nesse sentido, acreditamos que essa percepção seja subestimada, que outras nuances desse fenômeno não sejam consideradas como violência sexual.

4.4 Frequência de abusos sexuais contra meninos e meninas

Sobre este ponto, uma parte da comunidade diz que é raro acontecerem casos de violência sexual contra meninos, quase não existindo testemunhos sobre estes casos. No caso das raparigas, as comunidades mostram-se preocupadas, porque tem estado a acontecer que, homens mais velhos envolvem-se com meninas e elas assim aceitam por seu interesse nos bens materiais. Foi partilhado igualmente que há situações em que alguns professores obrigam suas alunas a envolverem-se sexualmente com os mesmos em troca de um aproveitamento escolar positivo.

👉 “...Acontece muito e até mesmo na escola (as meninas são obrigadas a dormir com os professores em troca de notas para aprovar) – Participante: jovem - Mudzingadzi

👉 “...É comum, e muitos homens alegam que querem as crianças por serem novas, porque estão cansados de velhas”. Participante: mulher - Soalpo

Fora dos espaços dos grupos focais, foram-nos partilhados, ainda, casos que envolvem crenças relacionadas ao curandeirismo, especialmente de terapias para cura de doenças como HIV/SIDA, em que são indicadas relações sexuais com crianças, sobretudo meninas, para pessoas,



especialmente homens, infetadas com o vírus. Segundo tal crença, tais relações teriam o condão de curar a pessoa infectada, que passaria todo o seu vírus para a criança com quem manteve relações sexuais (sic). Além disso, não raras vezes, o violador, sobretudo de meninas, está dentro de casa: pais, padrastos, tios etc. Contra estes, o impacto é ainda maior, em função seja do papel de cura e proteção que estes deveriam exercer em favor da criança e, ainda, pelo fato deste ser, geralmente, o provedor da família. Não são raros os casos em que isso ocorre e a esposa/companheira, refém da dependência econômica, tem dificuldades em denunciar o caso. O tabu que cerca esse tema é, ao nosso ver, a principal razão para que isso não tenha sido relatado nos grupos focais.

4.5 Porque a “violência sexual” ocorre na comunidade

Para as comunidades existem vários factores que contribuem para a ocorrência de casos de violência sexual, e destacaram:

- ✋ O consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas (soruma e cigarros);
- ✋ O uso de estimulantes sexuais como o gonazololo;
- ✋ A falta de confiança resultante de traições/adultério, nestas situações não pode haver desculpas de estar cansado/a quando se solicita o sexo, senão o parceiro desconfia que fez com outra pessoa;
- ✋ A pobreza/ falta de emprego;



15. Um estimulante sexual muito popular na zona Centro e em Mocambique. Pode ser em forma de raízes que são mastigadas, em forma de ervas, cascas de troncos que são transformados em pó e consumido misturado com água ou chá.

- ✋ Ambição/ Interesse financeiro por parte das raparigas;
- ✋ O uso de roupa curta principalmente por parte das meninas;
- ✋ O hábito de andar durante a noite (há casos de meninas que já foram violadas na rua);
- ✋ Alguns (homem e mulher) são simplesmente, viciados em sexo;
- ✋ A ausência da actividade sexual entre o casal (as mulheres acabam forçando os homens ao sexo, e para elas, quando ficam 2-3 dias sem terem sexo ficam achando que o seu parceiro tem outra mulher)
- ✋ Envenenamento de raparigas durante as festas;
- ✋ Sexo entre aluna e professor por troca de notas na escola;
- ✋ O sentimento de rejeição por parte de alguns homens.

✋ “...As mudanças climáticas que fazem com que não se produza nada nas machambas, o que acaba fazendo com que as mulheres mesmo contra sua vontade se envolvam com qualquer um em troca de comida”. Participante: homem - Manhene

✋ “...Na comunidade basta anoitecer é para termos relações sexuais, e quando isto não acontece é motivo de brigas e violência”. Há casos em que mesmo estando com bebé de 1 semana as mulheres têm de ter relações sexuais”. Participante: mulher - Cafumpe

✋ “...Muitas vezes a violência sexual acontece porque, o homem conquistou a mulher e ela o recusou, é motivo para ser violada”. Informante-chave: Tribunal Comunitário -Vanduzi



4.6 Quem são os perpetradores

Geralmente, os perpetradores da violência sexual têm sido os homens, raras vezes as mulheres aparecem como violadoras sexuais. As comunidades compartilharam que as mulheres surgem como perpetradoras de violência apenas no âmbito do seu relacionamento, para com seus maridos. Fora do casamento, olhando mais a nível da comunidade, os perpetradores têm sido:

- 👉 Jovens malfeitores e indivíduos de conduta duvidosa;
- 👉 Jovens e adultos em estado de embriaguez;
- 👉 Padrastos;
- 👉 Ladrões e marginais.

4.7 Consequências para as vítimas (mulheres, homens, meninas, meninos).

As vítimas de violência sexual passam por consequências em várias dimensões, desde física, psicológica, social, entre outras. Destas, as comunidades entrevistadas destacaram as seguintes:

- 👉 Traumas psicológico (as vítimas vivem sempre com medo e têm seu futuro prejudicado/comprometido);
- 👉 Emagrecimento e cansaço excessivo porque de dia trabalham nas machambas e de noite não podem estar exaustos para as suas esposas e vice-versa;
- 👉 Danos no útero;

- 👉 Gravidez indesejada (a mulher fica sobrecarregada para cuidar das crianças pequenas);
- 👉 Doenças sexualmente transmissíveis;
- Morte;
- 👉 Discriminação por parte das comunidades;
- 👉 Abortos provocados.
- 👉 *“...O comum é a comunidade culpar a menina por ter sido violada, e muitas vezes batem e a acusam de ser promotora de tais comportamentos”.* Participante: jovem mulher - Manhene

4.8 Como são resolvidos os casos de Abuso e violência sexual na comunidade

Os casos de violência sexual entre marido e mulher são resolvidos através de aconselhamento por parte dos padrinhos e família, dificilmente a polícia é envolvida para resolver estes casos.

- 👉 *“Estes casos são tratados como assunto familiar, portanto a família é que deve resolver”.* Participante: homem - Manhene

Diferente dos casos entre marido e mulher, no caso de se tratar de violência sexual contra crianças, as comunidades dizem que resolvem os casos:

- 👉 Na polícia/esquadra/SAFMVV;
- 👉 Recorrendo às lideranças comunitárias;



👉 IPAJ (Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica)

4.9 Pessoas chave, dentro da família e da comunidade, que influenciam as decisões na vida do sobrevivente de abuso sexual

- 👉 Família;
- 👉 Padrinhos;
- 👉 Igreja;
- 👉 Lideranças comunitárias apenas quando são solicitadas;
- 👉 Vizinhos próximos e amigos.

4.10 Como a prática da Violência sexual mudou nos últimos anos (5 anos)

A avaliação que as comunidades fazem é de que os casos tendem a reduzir mas, não vedam a possibilidade de estarem a acontecer mais, mas que infelizmente não têm informações sobre os mesmos. Esta ideia surge pelo facto de as comunidades sentirem que seus membros já estão consciencializados sobre estas matérias, e os que fazem ou cometem estas violências o fazem de forma secreta.

4.11 Soluções você proporia para essas questões

Como soluções para estas questões, as comunidades acreditam que:

- 👉 Acções de aconselhamento das igrejas nas comunidades, é crucial para a mudança de comportamento destas comunidades;
- 👉 Acções de sensibilização como, palestras, debates palestras porta-a-porta nas comunidades, também foi considerado muito importante;
- 👉 A LeMuSiCa, o governo, ONGs, OBC's e demais intervenientes devem continuar com o trabalho de sensibilização sobre estas temáticas nas comunidades e reforçando a divulgação da lei 29/2009;
- 👉 O governo e demais interessados devem desenvolver estratégias com vista a redução significativa de consumo de álcool;
- 👉 O governo e demais interessados devem desenvolver estratégias de combate ao consumo de drogas por parte de crianças e adultos;
- 👉 Os pais e família no geral devem educar seus filhos sobre o abuso sexual e suas consequências e sobretudo como se protegerem destes casos;
- 👉 Os pais e famílias devem ensinar seus filhos sobre como cuidar das meninas;
- 👉 As meninas devem vestir-se melhor (de forma decente);
- 👉 Sobre tudo as mulheres/meninas devem evitar ir às festas e andar de noite.
- 👉 As comunidades devem estar unidas e coordenar acções com vista a combater estes casos.
- 👉 As comunidades devem participar os casos às autoridades.



Conclusões e Recomendações

A Avaliação permitiu detetar diferentes fatores que contribuem para a violência de género e a violência contra criança na Província de Manica, em particular nas 6 comunidades de Manhene, Chigodole, Soalpo, Nhamatsene, Mudzingadzi e Cafumpe. Estes incluem fatores psicológicos, económicos, sociológicos (normas sociais, dinâmica comunitária, metanormas, etc.) e ambientais. Por um lado, foi revelada a perceção das comunidades de uma redução dos fenómenos inquiridos nos últimos anos e o aumento de conhecimento das consequências negativas de tais práticas, pelo menos de uma parte das comunidades, sinal da maior divulgação das leis de proteção de mulheres e crianças e do trabalho feito pelas autoridades governativas e por organizações da sociedade civil como LeMuSiCa no combate à violência de género e contra crianças. Apesar disso, a prevalência de uniões prematuras, gravidez na adolescência, violência por parceiro íntimo e violência sexual é ainda muito elevada, em muitos casos tolerada e enraizada em

normas sociais e comunitárias que justificam práticas nocivas contra mulheres e crianças, culpabilização, discriminação e estigma de vítimas de violência.

Resumimos em baixo as normas sociais negativas e prejudiciais que encontramos durante a avaliação.

Estas normas estão à base das práticas mencionadas e de comportamentos discriminatórios e estigmatizantes contra vítimas de violência.

União prematura

- ✚ Com o início da menstruação uma menina já não é mais criança, e torna-se é pronta para casar.
- ✚ Com o início da puberdade (barbas, engrossamento da voz) os meninos já não são mais crianças, e tornam-se prontos para casar- se.
- ✚ É melhor mandar uma menina a casar muito cedo, antes dos 18 anos, por garantir que ela não perca a virgindade.
- ✚ É melhor mandar uma menina a casar muito cedo, assim a família garante-se o dinheiro do Lobolo.
- ✚ Se uma esposa não pode ter filhos, é normal entregar ao esposo a irmã mais nova, para ela poder ter filhos e a família não dever dar a volta o dinheiro do lobolo.
- ✚ Quando uma menina está grávida é coreto que ela vai viver em casa do moço/homem que a engravidou.



- ✋ É correto que seja o pai da rapariga a pessoa que toma a decisão de casar a sua filha.
- ✋ O consentimento da moça ou do moço não é preciso para o casamento.

Gravidez da adolescência

- ✋ É responsabilidade da menina se ela acaba grávida.
- ✋ Os rapazes podem exigir filhos das raparigas como provas do seu amor.
- ✋ Quando a menina fica grávida, ela tem de deixar a escola para cuidar do bebé.

Violência entre parceiros íntimos (VPI).

- ✋ A mulher deve obedecer ao marido em todas as coisas.
- ✋ O marido tem o direito de fazer sexo com a esposa quando quiser.
- ✋ Uma mulher deve tolerar a violência para manter a sua família unida.
- ✋ Uma mulher deve aguentar no lar, porque o homem pagou por ela.
- ✋ O sexo é um direito para homens no casamento.
- ✋ Um homem pode utilizar violência para disciplinar a sua esposa.
- ✋ É normal que um homem bata a sua esposa se ela não cuidar do seu marido ou das tarefas domésticas.
- ✋ É normal que um homem bata a sua esposa se ela não quiser relações sexuais com ele.

- ✋ É normal que um homem bata a sua esposa se ela não cuidar das crianças.
- ✋ Se o homem ajuda em casa com as tarefas domésticas ele é considerado como não masculino.
- ✋ Uma mulher casada não pode ter amizade com mulheres não casadas.
- ✋ Os assuntos do lar têm de ficar nas paredes da casa. Não é bom a família da esposa intervir.

Violência sexual.

- ✋ Se uma rapariga ou mulher for violada, é melhor que ela guarde o fato para si e não denuncie.
- ✋ As mulheres não devem mostrar interesse por sexo e devem esperar pelos homens.
- ✋ Uma certa quantidade de violência faz parte do comportamento normal do homem e do rapaz.
- ✋ É normal que professores se envolvam sexualmente com alunas em troca de um aproveitamento escolar positivo.
- ✋ É culpa da menina se ela for violada, porque anda com roupa curta ou anda à noite sozinha.

O grupo de pesquisa propõe então as seguintes recomendações:

- ✋ Realizar diálogos liderados pela comunidade para diferentes categorias de pessoas (idade, sexo e funções) para refletir sobre as normas sociais prejudiciais que contribuem para a VBG e a VAC e encontrar formas de alavancar os valores comunitários positivos e as normas sociais que protegem as mulheres e as crianças contra o abuso. Após os diálogos, os grupos devem fazer



declarações públicas e desenvolver planos para comunicar a mudança na comunidade para abordar a VBG e a VAC. É também crucial ligar os grupos de diálogo aos funcionários do governo, incluindo fazer com que os funcionários participem em algumas das sessões de diálogo para ouvir e agir sobre as questões levantadas pelos membros da comunidade.

Identificar e envolver modelos positivos (ex-alunos, líderes religiosos, mulheres, homens, raparigas e rapazes) e desviantes positivos para agirem como agentes de mudança e defensores da mudança de normas e valores negativos e de práticas prejudiciais.

- 👉 Formar os profissionais de saúde primários e os intervenientes na proteção sobre as necessidades sexuais e reprodutivas das jovens raparigas solteiras.
- 👉 Organizar secções de educação sobre saúde sexual e sentimental de adolescentes nas escolas primárias e secundárias, para rapazes e raparigas e também para pais e professores, para prevenção de gravidez na adolescência.
- 👉 Sensibilizar meninas e rapazes sobre os efeitos e as consequências de casamento infantil e gravidez na adolescência, para aumentar a sua autoeficácia e assertividade para resistir à pressão dos pares e proteger-se a si mesmas e aos seus pares e denunciar tais casos antes e depois de acontecerem. Envolver homens e rapazes como perpetradores e protetores de mulheres e crianças. Devem estar
- 👉 envolvidos em diálogos para refletir sobre as normas de género e as suas relações com a VBG e a VAC, incluindo uniões prematuras, gravidez na adolescência, violência por parceiro íntimo e violência

sexual, para garantir que se tornam agentes de mudança e defensores entre os homens para eliminar os abusos.

- 👉 Suportar os centros governamentais (por exemplo o CAI- Centro de Atendimento Integrado) e os centros de acolhimento de organizações da sociedade civil (por exemplo os centros de Chimoio e Cruzamento de Tete de LeMuSiCa) para melhorar o sistema resposta e de gestão de casos de violência.
- 👉 Continuar como trabalho de divulgação de leis e políticas que abordam a violência contra crianças e contra mulheres nos níveis provincial, distrital e comunitário.
- 👉 Sensibilizar os membros das comunidades sobre os impactos negativos da violência contra as crianças, da violência doméstica e da violência na comunidade, bem como sobre métodos alternativos positivos e pacíficos para gerir conflitos.
- 👉 Capacitar voluntários comunitários na área de saúde, na área de protecção infantil e agentes comunitários de extensão de saúde na prevenção, identificação precoce e encaminhamento de casos de violência contra crianças e mulheres, incluindo trauma psicológico resultante de violência sexual
- 👉 Capacitar agentes/membros da polícia, líderes tradicionais, comunitários e de tribunais comunitários para reduzir o estigma das vítimas e assegurar a eficaz gestão de casos de violência nas comunidades.
- 👉 Iniciar programas para capacitar os pais em competências parentais eficazes para garantir que protegem os seus filhos de todas as formas de violência.





CISP
COMITATO INTERNAZIONALE
PER LO SVILUPPO DEI POPOLI



©2024 CISP. All rights reserved.